

A representação dos negros na *História do Brasil*: narrativas de manuais didáticos na construção nacional e identitária brasileira

Cristina Ferreira de Assis¹

UESC

Resumo

O presente trabalho visa discutir e apresentar os resultados iniciais de uma investigação acerca da representação dos negros nos primeiros manuais didáticos de História do Brasil na Primeira República. Optou-se pelo período compreendido entre 1914 e 1925 em virtude do contexto pós-abolicionista e de introdução das ideias republicanas. A opção pelos manuais se alicerça na observação de que as obras didáticas foram importantes meios de divulgação de valores, assim como não estavam isentas de concepções do período no qual foram elaboradas. Alguns dos resultados da pesquisa revelam um período onde a classe intelectual dominante, especialmente a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, queria extirpar do Brasil toda a lembrança da África que respectivamente se remetia ao período escravocrata.

Palavras-chave: manuais de História do Brasil, negros, nação

Abstract

The present paper aims to discuss and present the initial results of an investigation about the representation of blacks in the first didactic manuals of History of Brazil in the First Republic. The period between 1914 and 1925 was chosen because of the post-abolitionist context and the introduction of republican ideas. The option of the manuals is based on the observation that the didactic materials were important means of disseminating values, as well as were not exempt from conceptions of the period in which they were elaborated. Some of the results of the research reveal a period in which the dominant intellectual class, especially from the Brazilian Historical and Geographical Institute, wanted to extirpate from Brazil all the remembrance of Africa that was reminiscent from the slave period.

Keywords: History of Brazil manuals, blacks, nation.

Introdução

O conteúdo dos livros didáticos permanece sendo o material mais utilizado em sala de aula, tornando-se um elemento importante para a maioria dos alunos de escolas públicas em todo o país. Enquanto algumas escolas do país ainda não possuem materiais adequados no intuito de ampliar os conhecimentos acerca de determinada temática, para outras o conteúdo dos livros é o único com o qual alguns alunos chegam a ter contato.

Desta maneira, este trabalho pretende analisar duas narrativas produzidas no início do século XX sobre a história do Brasil objetivando compreender como os negros foram representados, levando-se em conta para isso o contexto pós-abolicionista. Assim, serão

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Mestre em Educação pela mesma universidade. Atualmente cursa o Mestrado em História na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

apresentados os resultados iniciais de uma pesquisa que vem investigando a representação dos negros nos manuais escolares² de História do Brasil publicados em 1914 e 1925 respectivamente por João Ribeiro e Rocha Pombo utilizados no Colégio Pedro II. Além da reconhecida relevância das obras, é necessário situá-las no cenário de formação nacional e da construção identitária brasileira.

O recorte temporal foi estabelecido privilegiando a produção dos primeiros manuais didáticos sobre a História do Brasil após a abolição em 1888. Já a conjuntura histórica na qual os manuais estão inseridos, remete-se ao período inicial da república em que a escrita da História do Brasil era construída sob a perspectiva de uma unidade identitária homogênea, branca e influenciada pela cultura europeia (SCHWARCZ, 1993) e da perspectiva da eugenia (GILROY, 2001). Assim, os manuais didáticos são abordados enquanto fontes importantes de difusão dos ideais³ da época por meio do ensino de história e das instituições educacionais. Contudo, há que se pensar no projeto de nação entre os intelectuais do período, assim como na recepção desses manuais pelo público de uma das maiores instituições públicas do país, o Colégio Pedro II, antigo Ginásio Nacional.

Atualmente, muito em virtude das abordagens da História Social, assim como da emergência da Lei de nº 10.639 de 2003, há uma preocupação⁴ em priorizar uma história dos negros enfatizando sua atuação enquanto partícipes da história e reiterando a relevância dos movimentos de luta em prol da abolição. Contudo, tentaremos compreender a disseminação da imagem dos negros representados pelas narrativas do início do século XX entendendo a relevância dessas narrativas já que os manuais continuaram chegando às escolas brasileiras até meados da década de 1960.

Além da contraposição entre as duas obras e de seus respectivos autores, apontaremos perspectivas recentes que questionam a forma como a identidade negra foi construída no Brasil e sua relação com os ideais de nacionalismo mediante ao contexto republicano. Sob a ótica da Historiografia recente assim como dos estudos pós-coloniais (GILROY, 2001; HALL, 2004),

² A partir do contato com o Laboratório de Ensino e Material Didático do Departamento de História da USP-LEMAD foi possível identificar um acervo didático em formato digitalizado onde as obras estão contempladas.

³ Baseando-se em Alain Choppin (2004), consideramos os livros didáticos documentos históricos enquanto parte dos conteúdos e das sociedades específicas de seu tempo a serem utilizados por novas gerações. O historiador remete-se a três funções essenciais dessas obras: sua função referencial, instrumental e documental. A primeira representa o suporte dos currículos enquanto a segunda se equivale aos métodos de aprendizagem sistematizados e, por fim, a última diz respeito aos documentos oficiais e iconográficos que buscam o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. Ver mais em: CHOPPIN, A. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa, São Paulo. 2004, pp. 549-566.

⁴ Como exemplo, está a pesquisa de Maria Helena Machado (que se opõem a antiga ideia de abolição produzida “pelas elites e para as elites” sem a participação de escravos, forros, homens livres e pobres (MACHADO, 1994, p. 227).

esta pesquisa firma-se na perspectiva de como os negros foram colocados como passivos na história brasileira e como isso era reproduzido por meio do ensino de história da recente e moderna nação.

Acredita-se que o discurso positivista de construção da nação a partir da República influenciou a escrita da História repercutindo-se nos manuais escolares que eram produzidos, reduzindo a História dos africanos e afro-brasileiros apenas ao contexto escravista. Demarca-se a representação do abolicionismo assim como o lugar do negro em um período circunstanciado pelos feitos de homens ilustrados assim como pela construção de um ideal nacionalista e republicano de um novo país moderno e em consonância com a democracia liberal burguesa.

Contexto histórico brasileiro: a formação da nação e da identidade nacional

Ainda que o processo abolicionista -1888 e a instituição da República - 1889 sejam eventos bastante próximos, a predominância da História Política na escrita da história contribuiu para a exclusão dos negros enquanto agentes sociais da história brasileira. O processo abolicionista retratado de forma gradual e do ponto de vista legal⁵, negligencia o histórico de luta e o movimento negro nesse processo. Assim, a discussão bibliográfica presente nesta proposta privilegiará o contexto histórico da primeira república e a relevância dos estudos sobre identidade mais recentes na perspectiva dos povos diaspóricos.

Em relação ao período analisado, ressalta-se a importância das últimas décadas do século XIX para a construção dos instrumentos político-institucionais da República e a instituição escolar⁶ enquanto um meio privilegiado para essa atuação. Os anos finais dos oitocentos foram marcados pela disputa de ideais e interesses pautados pelo ideal de progresso e de ruptura com o antigo sistema colonial. Nesse momento, também era possível verificar uma intensa mudança na sociedade brasileira em virtude do aumento populacional, do crescimento urbano e da diversificação étnica entre brancos, negros, indígenas e imigrantes.

⁵ A tese de Pina (2009) aponta que o que se verifica nos livros didáticos de forma geral, é uma abordagem cronológica e linear das leis abolicionistas aprovadas nos debates parlamentares, em especial a Lei do Ventre Livre (n° 2.040/1871), Lei dos Sexagenários (n° 3.270/1885) e a Lei Áurea (n° 3.353/1888). Em síntese, a história dos negros no Brasil é narrada sob a ótica da escravidão. Fala-se pouco sobre os movimentos de luta na questão abolicionista, além de naturalizarem todo esse processo.

⁶ Segundo Ianni (2004) os meios de comunicação, o sistema de ensino e a cultura brasileira incorporaram a ideologia racista tanto nas suas concepções quanto em suas práticas. Assim, essas representações reforçaram uma imagem estereotipada de africanos bem como de seus descendentes, delimitando socialmente as expectativas e aspirações dos e sobre os afro-brasileiros.

Desta forma, a transição de Império para a República também se caracterizou por mudanças no cenário econômico em virtude do fim do trabalho escravo e introdução do trabalho livre, especialmente na economia cafeeira, assim como pelo sistema industrial em construção. No campo intelectual, o positivismo francês esteve entre alguns dos ideais de liberdade e democracia difundidos na propaganda republicana. No entanto, a mudança da mão de obra escrava para livre, após a abolição, não representou na prática e no imaginário social do período a inserção do negro enquanto cidadão.

Assim a República se constituía mediante a um período de transformações e também continuidades. Esta divergência nos interessa na medida em que os espaços destinados ao negro nas cidades foram marginais, e na devida medida, houve o apagamento da existência deste sujeito na formação identitária da nossa sociedade (SCHWARCZ, 2012; MATTOS, 2012). Por meio de teorias raciais como a da eugenia, pretendiam afirmar a consolidação do país enquanto uma nação civilizada onde a raça branca era valorizada e considerada como superior⁷. A esse respeito Lilia Moritz Schwarcz afirmava que:

Apesar de interessante e particular, a constatação de que essa era uma “nação mestiça” gerava novos dilemas para os cientistas brasileiros. Apontava para a defasagem existente entre as teorias deterministas que chegavam de fora quando pensadas em função da “realidade mestiça de dentro”, ou, melhor dizendo, revela a rigidez da teoria quando o objeto em questão era o contexto local. Assim, se o conjunto dos modelos evolucionistas levava a crer que o progresso e a civilização eram inevitáveis, concluía também que a mistura de espécies heterogêneas era sempre um erro, que gerava não só a degeneração do indivíduo como de toda a coletividade (SCHWARCZ, 1993, p. 240).

Em outras palavras, a miscigenação no Brasil fora apontada como negativa uma vez que levaria a degradação da sociedade. Contudo, a superioridade branca assim como as premissas baseadas na eugenia e na ideia de uma raça em termos biológicos, cunhada no século XIX, foram feridas tanto pelos debates a propósito das teorias raciais, como pela entrada e a permanência dos negros da diáspora e os africanos, ainda que sob a doutrina da assimilação, na mesma sociedade civilizada (GILROY, 2001).

Na contemporaneidade, os estudos pós-coloniais têm contribuído para redefinir o entendimento sobre identidade, especialmente quando relacionada aos africanos. Nessa

⁷Ainda que na contemporaneidade as teorias raciais não possuam fundamentação teórica, na passagem do século XIX para o XX uma série delas justificavam a inferioridade dos negros. No Brasil, o trabalho de Nina Rodrigues é amplamente estudado como base estruturante para que essas ideias fossem disseminadas. Ver mais sobre o assunto em: RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INEP, 1976.

perspectiva, para compreender a formação da identidade brasileira, contamos com a contribuição de Stuart Hall que a define como

[...] uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam [...] definida historicamente, e não biologicamente (HALL, 2004, p. 13).

Nesta concepção de identidade, ao se investigar a formação brasileira, as unificações e homogeneizações são contraditórias, além de colocarem em xeque uma identidade cultural única nacional⁸. Naquele momento, o Brasil não precisava de uma história sobre as tensões e as debilidades do jovem país (REIS, 2007). Isto é, era preciso construir uma identidade nacional para o Brasil. Mas, também havia a necessidade de distinção do outro, ou seja, havia a necessidade “deste outro”. Nesse sentido,

A identidade precisa de algo fora dela, da alteridade, outra identidade, que ela não é, e nessa relação com o outro, as identidades são construídas. Uma identidade exclui, cria o exterior. Ela é uma homogeneidade interna, um fechamento. É um ato de poder. As identidades são construídas no interior do jogo de poder e da exclusão. Não são naturais, mas difundidas em lutas históricas (REIS, 2006, p. 12).

A esse respeito, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB, assim como os intelectuais que dele fizeram parte, pode ser considerado um dos responsáveis pela construção da história nacional marcada por um saber de cunho oficial e de “exaltação e glória da pátria”, utilizando para isso símbolos, monumentos, medalhas e hinos, como ressaltou Schwarcz (1993). Dotadas de métodos próprios e interesses, a narrativa sobre a formação nacional brasileira esteve submetida a imposições e particularidades que se perpetuaram durante décadas no pensamento social brasileiro. Para José Carlos Reis (2006), esses critérios significam mais para uma devida propaganda estatal do que para uma descrição objetiva de um suposto fenômeno nacional.

Perante a essa narrativa, o debate em torno da questão racial influenciado pela perspectiva eugênica contribuiu para que o negro fosse visto sob uma visão determinista e fatalista quanto à sua impossibilidade de integração na sociedade após a abolição, ainda que essa narrativa não fosse oficial no Estado.

As teorias raciais eram reforçadas com concepções positivistas e evolucionistas. A partir delas, nas primeiras décadas do século XX, os estados e instituições como o IGHB defendiam

⁸Ver mais em: HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

a imigração de europeus brancos e “civilizados” como fator importante de civilização da nossa sociedade (PINA, 2009). No decorrer da produção intelectual, durante a década de 1930, destacou-se a formulação do mito da *democracia racial* de Gilberto Freyre baseando-se na ideia de a nação brasileira ser desprovida de preconceito. Difundiu-se assim que não haveria no Brasil nenhuma forma de distinção entre negros e brancos, forjando-se uma unidade nacional a partir da distorção da realidade das relações raciais no Brasil.

Além do IHGB enquanto principal responsável pela construção da História do Brasil nesse período há que se considerar outros espaços onde os intelectuais do instituto atuaram. A esse respeito, no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro atuaram intelectuais que além de professores, produziram obras que contemplavam as narrativas propostas pelo IHGB. Nesse sentido, o colégio foi responsável pela criação de “uma série de valores dentre os quais o culto à nacionalidade, à disciplina, à moral e também ao trabalho” (GOMES, 1982, p. 152). Com efeito, o modelo curricular adotado neste antigo ginásio era recomendado às demais escolas públicas do país, tornando-se possível inferir que as produções de seus intelectuais não se delimitaram apenas ao Rio de Janeiro.

Pensando nas produções desses intelectuais ligados ao IHGB, assim como ao Colégio Pedro II, bem como na disseminação desses materiais, acreditamos que os manuais escolares são importantes fontes para se compreender os valores e interesses representados em uma época, já que a sociedade apresentada no livro didático assemelha-se mais a uma sociedade ideal para o autor do que ela realmente foi (CHOPPIN, 2004). Compreende-se assim que os manuais de História do Brasil foram importantes para forjar uma representação de identidade nacional única, homogênea e sem contradição, que escamoteava a realidade contraditória e desigual instalada no Brasil desde os primórdios da colonização.

Contudo, ao se debruçar sobre o conceito de representação, há que se pensar no “lugar social” daquele que narra, parafraseando Michel de Certeau (1982, p. 88), isto é, na relação com um corpo social e com uma instituição de saber. Há que se pensar ainda que o significado de um texto depende da “apropriação”, ou seja, a forma e o meio no qual o texto é recebido pelos leitores. Isso remete a pensar sobre o público para o qual os primeiros manuais didáticos foram destinados e para quem os autores escreviam naquele contexto.

Dialogando com Certeau, Roger Chartier (1991) dirá que além da semântica de um texto, há que se considerar suas formas, pois elas produzem sentido. Também é preciso considerar os leitores que não dispõem dos mesmos utensílios intelectuais. Nesse sentido, consideramos pertinente uma leitura crítica sobre as narrativas produzidas no início do século

XX, pensando nos livros didáticos enquanto produtos simbólicos e reprodutores de subjetividade.

João Ribeiro e Rocha Pombo: o que dizem os autores e seus manuais de *História do Brasil*

Acerca dos diferentes enfoques e abordagens sobre o livro didático, a perspectiva da História Cultural o considera um artefato cultural enquanto produto simbólico e reprodutor de subjetividades. Já, por uma perspectiva materialista, o livro didático pode representar um veículo de ideologias sendo o produto de uma sociedade de classes que institui determinada visão de mundo, configura-se assim como instrumento de poder. Partindo dessas duas formas de abordagens apresentadas, em síntese, a visão culturalista ressalta o processo de construção cultural do livro didático e sua circulação no espaço escolar.

Objetivando assim responder ao objetivo central dessa proposta, os manuais escolares de *História do Brasil* de João Ribeiro (1914) e *História do Brasil* de Rocha Pombo (1925) encontram-se disponibilizadas em formato digital no Laboratório de ensino e material didático de História da LEMAD – USP. A opção pelas obras se alicerça na observação de que foram importantes meios de divulgação de valores, conceitos e imagens para as gerações futuras assim como não são isentos de valores e concepções do período no qual foram elaborados.

Segundo Hebe Mattos, os livros didáticos são “lugar privilegiado para pensar as interseções entre história e memória” (MATTOS, 2007, p. 215), pois neles constam “tanto as pressões sociais e conflitos políticos que informam as reconfigurações da memória” quanto “a influência da historiografia erudita da época analisada” (idem).

Desta forma, os manuais têm sido analisados levando-se em consideração o contexto social e político nos quais foram produzidos assim como suas relações com os espaços institucionais em que foram utilizados refletindo sobre o que Certeau (1982) chamou de “lugar social”. A análise desse período contribui para ampliar a reflexão sobre a produção didática na contemporaneidade e sua relação com o ensino de História do Brasil pensando nas influências e interesses por trás de sua produção.

A análise minuciosa de cada obra também visa a tentativa de “leitura” da ideologia implícita nas mensagens transmitidas através dos estereótipos contidos nos textos e ilustrações bem como as mudanças e permanências desse discurso ao longo das novas edições. Em outras palavras, algumas perguntas são pertinentes na interpretação dos manuais: como os autores construíram essa representação da história brasileira? Quais fatos históricos foram privilegiados na escrita dessas obras? O que esses autores vivenciaram e interpretaram da sociedade brasileira ao escrever essas obras?

Para a análise dos manuais, levou-se em conta a articulação entre os autores e o contexto nos quais estavam inseridos na conjuntura nacional. Partindo dessa perspectiva metodológica, a análise de conteúdo dos manuais foi conduzida percebendo a totalidade histórica na qual o objeto esteve inserido, assim como o movimento entre produção (autor) e difusão da obra (educação pública).

A primeira obra analisada é *História do Brasil* de João Ribeiro⁹ de 1914, voltada para o curso superior e adotada no antigo Ginásio Nacional, atual Colégio Pedro II, com 550 páginas, em sua 5ª edição, voltada para o curso superior. João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes nasceu em Sergipe em 1860 sendo considerado o autor de livros didáticos mais investigado em pesquisas acadêmicas (BITTENCOURT, 1993; GASPARELLO, 2002 apud MOREIRA, 2017). O professor da cadeira de História Universal no Colégio Pedro II e intelectual se diplomou Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1894. Como geralmente acontecia com os autores-professores daquela época, João Ribeiro escreveu seus livros didáticos¹⁰ enquanto atuava como catedrático no Colégio Pedro II, confirmando essa fase dos livros didáticos, em fins do século XIX, em que se valorizava a experiência no magistério para um melhor reconhecimento da obra. Na condição de intelectual escreveu ensaios, ficção, crítica literária, autobiografias e história colaborando na condição de abolicionista e republicano em jornais como *O Globo*, *Gazeta da Tarde*, *Correio do Povo* e *O País* e na *Revista Sul-Americana* ao lado de Felisberto Freire e Sílvio Romero (MOREIRA, 2017).

João Ribeiro dialogava com o modelo de Von Martius, além das concepções antropológicas em voga no Brasil por meio da perspectiva cultural, embora também tivesse contato com o historicismo alemão. No que tange ao objetivo principal dessa proposta, “africanos”, “negros” e “escravos” não aparecem dissociados ao longo dos capítulos, isto é, a condição de escravizado perpassa a representação dos negros ainda que após a abolição.

Sobre a formação do povo brasileiro, o autor dividiu e classificou as três raças existentes no Brasil: branco português, negro e índio. No capítulo 4, em “As três raças. A sociedade”, o autor fala sobre a obra da civilização deturpada pelo conflito de raças, disfarçado em democracia,

⁹ Em 1887 João Ribeiro passou a dar aula no Colégio Pedro II, quando fez concurso para cadeira de Português. Em 1890, foi nomeado professor de História Universal e do Brasil. Como parte dessa experiência como professor de História, escreveu seu livro que além do Colégio Pedro II, também fosse utilizado por outras instituições escolares.

¹⁰ Seu primeiro livro, “História do Brasil”, publicado pela Francisco Alves em 1900, não foi somente um marco no que diz respeito às inovações pedagógicas. Sendo reeditado até a década de 60, o que pode refletir o sucesso de sua aceitação. Além da obra já citada, João Ribeiro foi autor dos seguintes livros escolares: “História Antiga (Oriente e Grécia)”, em 1892; “História universal”, em 1918 e História da Civilização, em 1932.

[...] fruto antes da luxúria que da piedade dos peninsulares. Desde o primeiro momento, o branco, o índio e o negro se confundem. O contacto das raças inferiores com as que são mais cultas quase sempre desmoraliza e deprava a umas e outras. Principalmente, porém, deprava as inferiores pela opressão que sofrem, sem que este seja o pior dos contágios que vem a suportar (RIBEIRO, 1914, p. 111).

Ainda que o autor partilhe de um ideal abolicionista, em sua narrativa “os inferiores” sugerem os “malefícios” da mistura de raças na formação da sociedade brasileira, assim como indicava Schwarcz (1993) acerca da disseminação de teorias sobre miscigenação nesse período. A tardia inserção do negro africano como elemento na formação do povo, após a abolição, deu lugar à teoria da miscigenação. Ao lado desta, estaria a passividade, a ausência do espírito revoltoso e aptidão ao trabalho.

É claro que negros e índios, não poderiam ser senão a ocasião de desdém e de ódios que gera o escárnio dos superiores. A mulher de raça inferior não consegue ser dignificada nem mesmo depois de formada a raça mestiça. O próprio governo considerou por vezes uma infâmia o casamento promíscuo de brancos e negros (RIBEIRO, 1914, p. 112).

Para Ribeiro, as “raças” possuíam atribuições inatas a sua condição. Aos negros cabia o trabalho braçal já que sua adaptação física era considerada “melhor” do que a dos brancos. No excerto a seguir, é possível identificar a relação estabelecida sobre a pátria brasileira e o lugar dos negros nesse processo

Não é nosso intento fazer a apologia da escravidão, cujos horrores principalmente macularam o homem branco e sobre elle recaíram. Mas, a escravidão no Brasil foi para os negros a reabilitação d’elles proprios e trouxe uma patria, a paz e a liberdade e outros bens e paes e jamais lograriam gozar, ou sequer entrever no seio bárbaro da Africa (RIBEIRO, 1914, p. 244-245).

A “reabilitação” apontada por João ribeiro reforça, segundo a tese de Pina (2009), a justificativa da escravidão branda representando para os negros “uma melhoria das condições de vida, mesmo reconhecendo seus exageros” (PINA, 2009, p. 127).

Aspectos acerca da luta contra a escravidão são traçados brevemente no texto intitulado “História local” quando o autor narra sobre a formação de quilombos no contexto de desligamento entre Alagoas e Pernambuco em 1818.

O facto foi depois exagerado e accrescido de lendas acerca de um quilombo no cume dos Palmares, onde os negros, arregimentados sob um chefe, o Zumbi, defenderam-se heroicamente e de lá preferiram atirar-se ao precipício que voltar á escravidão dos civilizados. A história dos Palmares tem muito de inverossímil nos seus pormenores, e mereceria estudada com critério (RIBEIRO, 1918, p. 341).

O reconhecimento de que a história de Palmares carecia de estudos mais criteriosos se relaciona ao contexto do capítulo “A abolição e a República” onde João Ribeiro iniciava a narrativa falando que a história contemporânea ainda não pode ser devidamente escrita. O histórico gradual da emancipação dos negros escravizados assume a maior parte das narrativas sem que quaisquer episódios de luta sejam mencionados.

Em suma, se por um lado os negros permanecem representados na condição de escravizados, por outro, João Ribeiro aponta indícios de uma história ainda em construção no que tange às lutas e ao movimento abolicionista.

A segunda obra analisada é de José Francisco da Rocha Pombo. Nascido no Paraná em 1857, Rocha Pombo também ficaria conhecido como jornalista, professor, político, poeta e historiador. Ao fundar e dirigir o jornal *O Povo* fazia campanhas abolicionista e republicana. Além disso, foi membro do IHGB, além de ser o terceiro membro da 39ª cadeira da Associação Brasileira de Letras (ABL), ainda que não tenha sido empossado (MOREIRA, 2017).

O manual escolar de *História do Brasil* foi escrito em 1918, mas publicado em 1925, sendo utilizado nas aulas dos dois últimos anos do curso secundário e, também, para servir de material de consulta para professores do ensino primário e do ginásio. Foi o segundo compêndio do autor e ainda mais completo. Seguindo o modelo da maioria dos autores de livros didáticos de seu tempo, ele atuava como professor no Colégio Pedro II e na Escola Normal e era sócio do IHGB. Porém, Rocha Pombo era adepto de uma concepção historiográfica pouco difundida nos livros escolares, a qual buscava se opor à influência da ideologia da civilização. Ele rejeitava a narrativa histórica que exaltava a dominação européia sobre os povos americanos, que deveriam, agora na concepção de Rocha Pombo, serem valorizados a partir de um maior aprofundamento nos estudos de sua história.

No prefácio do manual Rocha Pombo afirma que é necessário criar o gosto pela nossa história, pois sem ela não haverá esforço que levante o nosso espírito de povo. Essa fala revela o espírito republicano empenhado em construir símbolos patrióticos, além de uma identidade brasileira presente principalmente entre os intelectuais da época. Nessa perspectiva, dada a inserção do autor nos espaços institucionais supramencionados, a leitura desse excerto remete ao que Lilia Schwarcz (1993) chamou de “símbolos patrióticos” acerca do papel das instituições mediante aos ideais republicanos.

Em *História do Brasil* para o ensino secundário, o autor afirma seguir a orientação estabelecida para Nossa Pátria: “É necessário criar entre nós, antes de tudo, o gosto pela nossa história – sem o que, não haverá esforço que levante o nosso espírito de povo” (ROCHA

POMBO, 1925, p. 3). Dito isso, é possível sugerir a relação entre a função da obra e o trabalho desenvolvido no mesmo período pelo IHGB no intuito de despertar o sentimento patriótico entre os alunos da época.

Ao se referir à escravidão, Rocha Pombo apontava que seus resquícios ainda faziam parte da história brasileira. Mas, em seguida, para exaltar a construção do espírito de povo, Rocha Pombo fala que para isso, há que se aliviar a massa dos fatos o contexto histórico, de forma que os fatos sejam narrados esclarecendo a consciência, infundindo sentimento e poupando a memória. Aqui, vê-se um a referência ao historicismo no sentido de narrar os fatos. Ao prosseguir com sua defesa, o autor fala sobre a beleza e o culto à pátria e de como ela deve ser honrada com os seus maiores, numa clara referência aos heróis da pátria. Por fim, fala sobre renovar a bibliografia das escolas e os lares julgando que este seja o esforço fundamental no sentido de levantar a alma da pátria.

No que se refere a idéia de povo brasileiro, Rocha Pombo afirma que

[...] o que se fez no Brasil não foi mais que um amálgama dos elementos mais degradados das três raças: – o índio, submetido pela força; o africano, rebaixado até a animalidade; – e o europeu, que vinha dos presídios, ou que se transportava para a América tangido de cobiça (ROCHA POMBO, 1925, p. 66).

O excerto acima demonstra confluências entre Rocha Pombo e João Ribeiro sobre a formação brasileira, ainda que o segundo seja considerado um crítico do primeiro. A mestiçagem descrita acima foi responsável por “grandes erros, e isto, além do estigma que ia ficar por muito tempo no caractere da nacionalidade” (ROCHA POMBO, 1925, p. 66). Desta forma, o caráter negativo da mistura de raças permanece na narrativa.

A representação dos negros na condição de escravizados também permanece ao longo da narrativa, assim como a justificativa para a escravidão mencionada enquanto sinal de força e aptidão. Segundo o autor, “só depois que o negro se mostrou mais forte e resistente no trabalho do que o índio é que foi a colônia sendo inundada de africanos” (ROCHA POMBO, 1925, p. 66).

Rocha Pombo descreve o caráter do povo brasileiro atento às discussões e polêmicas quanto à formação da nação ao dizer que os resquícios da escravidão ainda faziam parte da história brasileira. Como, sua obra foi escrita nos primeiros anos da Primeira República, ele dizia ser necessário enfrentar esse passado e procurar formas de encaminhamento sobre os problemas sociais decorrentes desse processo histórico ou omitir e deixar silenciado seu passado.

Os africanos, na obra, pacificados na narrativa de Rocha Pombo, surgem como tema no capítulo dedicado aos protestos por meio dos quilombos e a abolição: “o africano, cuja natureza moral parecia como que estremecer e agitar-se nas vicissitudes da escravidão, deu no Brasil, como em quase toda a América, frequentes provas do grande vigor humano que trazia lá das suas misérias do continente negro” (ROCHA POMBO, 1925, p. 156).

No texto intitulado “Protestos da Raça negra. Palmares”, Rocha Pombo abre espaço para as influências da Revolução do Haiti enquanto “símbolo de honra e heroísmo da raça” E continua a representar os negros em seu movimento de luta, destoando-se do primeiro manual analisado: “Desde os primeiros termos de regime servil (meados do século XVI) começaram os negros a protestar contra a impiedade dos seus opressores”(ROCHA POMBO, 1925, p. 157). Diferentemente da narrativa de João Ribeiro, o segundo autor aborda momentos de luta e de resistência dos negros escravizados abrindo um espaço exclusivo em seu texto para isso

Pode-se dizer que desde que chegava ao seu exílio e se via em presença de urna raça superior, a emancipação era o sonho torturado do negro. E isso não exprimia apenas o desejo de ser livre como tinha sido lá na terra inelemente livre como a raça, ou como a besta da floresta. O que o negro começava logo a aspirar era a condição nova cujos horizontes se lhe abriam como de súbito, a felicidade que via gosada pelo branco. Quantos, á custa do próprio esforço, e conseguiam libertar-se; e entre esses não raro se viam alguns que urna perseverança infatigável e hábitos de 'trabalho' de ordem tornavam abastados. Ha hoje no Brasil não poucas famílias distintíssimas, cujos fundadores tiveram a gloria de trazer o seu destino lá da noite da escravidão - por certo origem muito mais digna do que a de muitas aristocracias da Europa oriundas da pirataria (ROCHA POMBO, 1925, p. 157).

Contudo, ainda que essa seja considerada uma inovação perante à narrativa do primeiro autor, considera-se curioso que Rocha Pombo não traga ao longo de seu trabalho nenhuma imagem como símbolo de resistência ao passo em que a imagem de Domingues Jorge Velho seja referenciada no texto enquanto o “capitão do mato” responsável por aprisionar os negros que ali se refugiavam. Embora a análise das fontes iconográficas não seja um objetivo desta proposta, considerou-se pertinente essa informação uma vez que o próprio Rocha Pombo considerou uma das inovações de seu manual o levantamento de imagens e gravuras sobre a história brasileira. A esse respeito, José Murilo de Carvalho (1990) apontava que por meio do imaginário coletivo nacional forjavam-se “heróis, aspirações, medos e esperanças de um povo” (CARVALHO, 1990, p. 10).

Considerações finais

Ainda que as narrativas analisadas façam parte de um mesmo contexto histórico, há abordagens diferentes influenciadas por intelectuais de distintas correntes da época. Por isso, os discursos de João Ribeiro e de Rocha Pombo foram relacionados ao contexto histórico, assim como a vida intelectual dos autores. Ambos os autores lecionaram história do Brasil no Colégio Pedro II, assim como fizeram parte de outras instituições importantes que marcaram a escrita da história brasileira e escreveram seus livros nesse contexto de transformação sociopolítica, econômica e cultural participando ativamente da vida intelectual brasileira por meio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB do Rio de Janeiro. Sendo assim, trazem alusão a princípios do IHGB com o objetivo de compor uma história nacional para um país carente de delimitações não apenas territoriais (SCHWARCZ, 1993).

A articulação entre as fontes e as referências bibliográficas evidencia a forma como a nacionalidade estava presente na representação sobre o povo brasileiro, com ênfase em sua característica étnica, assim como sobre os negros enquanto não civilizados. Aqui, a ausência da civilização emerge fortemente vinculada à falta de instrução e à propensão ao trabalho. Embora a pesquisa ainda esteja em desenvolvimento, verifica-se até aqui a presença do elemento negro como fator explicativo para a inferioridade racial. Enquanto isso, o ensino de história deveria refletir os anseios da nova ordem republicana assim como do projeto de nação a ser instituído naquele período. A educação transformava-se em um meio de difusão desses novos princípios e dos novos valores da modernidade.

No que tange às discrepâncias entre os manuais, a passividade dos negros apontada por João Ribeiro é notoriamente alterada por Rocha Pombo ao destinar uma parte da obra para a discussão sobre os movimentos de luta, assim como das inspirações para esse momento à exemplo da Revolução do Haiti como supracitado. Contudo, o silenciamento sobre aspectos lingüísticos e culturais, dentre outros permite inferir a prevalência da representação dos negros vinculada ao trabalho e a ausência de uma pátria em referência ao continente africano.

Fontes utilizadas

RIBEIRO, João. **História do Brasil** (curso superior). 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1914.

ROCHA POMBO. **História do Brasil para o ensino secundário**. 19ª ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1925.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: A escrita da História. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da republica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Revista Estudos avançados. Vol. 5, n.11. São Paulo, jan/abr, pp. 1505-1520, 1991.

CHOPPIN, A. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa. Vol. 30, n. 3. São Paulo, set/dez, pp. 549-566, 2004.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. 1ª ed. 34ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34. Centro de Estudos afro-asiáticos/ UCAM, 2001.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A construção do homem novo**. In: OLIVEIRA, Lúcia L.; VELLOSO, Mônica P.; GOMES, Ângela M. C. Estado Novo: Ideologia e Poder, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Tradução de Thomaz Tadeu e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década de abolição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MATTOS, Hebe. **O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros**. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.) Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

MATTOS, Hebe. **A vida política**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). A abertura para o mundo: 1889-1930. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

MOREIRA, Kênia Hilda. **Livros didáticos de história do Brasil para o ensino secundário (1889-1950): procedimentos de localização, seleção e acesso**. Revista Educação e Fronteiras On-Line. Dourados/MS. Vol.7, n.20, p.67-90, maio/ago. 2017.

NADAI, Elza. **O ensino da história no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História: memória, história, historiografia. Dossiê ensino de história, nº. 25/26. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, 1993.

PINA, Maria Cristina Dantas. **A escravidão no livro didático de história do Brasil: dois autores exemplares, 1890-1930**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INEP, 1976.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questões raciais no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 1993.